



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões CNECP	
N.º Único	501959
Entrada/Saida n.º	107 Data: 25/7/14

REQUERIMENTO

O atendimento consular e o Ensino de Português no Estrangeiro são duas vertentes das políticas para as comunidades que todos os dias se relacionam, diretamente e indiretamente, com milhares de Portugueses. São, por isso, domínios essenciais na relação entre os Portugueses residentes no estrangeiro e Portugal.

A par do encerramento de vários postos consulares importantes, particularmente em França e na Alemanha, nos últimos três anos assistiu-se a uma degradação brutal da capacidade de atendimento nos consulados, com um claro prejuízo para milhares de portugueses. Em muitos postos o trabalho duplicou e o número de funcionários foi reduzido para metade; as longas filas matinais e mesmo os tumultos regressaram, o atendimento por marcação está cada vez mais generalizado, tornaram-se frequentes os tempos de demora para atendimento de vários meses e as permanências consulares tornaram-se insustentáveis em muitos postos. A redução de cerca de 1800 para 1200 do número de funcionários em contexto de enorme aumento da emigração é por si só a evidência das dificuldades para utentes, funcionários e diplomatas, cujas condições de trabalho se degradaram enormemente.

Uma situação idêntica verifica-se no Ensino de Português no Estrangeiro, que nos últimos três anos e de acordo com as previsões para o próximo ano letivo, verá reduzido em mais de 200 o número de professores em relação a 2010, a par da diminuição do número de cursos e de alunos, verificando-se que há uma crescente exclusão dos jovens que não vivem nos centros urbanos onde se aglomeram mais portugueses.

A introdução da propina no Ensino de Português no Estrangeiro, afinal não trouxe mais oportunidades de aprendizagem nem uma melhoria do ensino, porque as horas semanais também foram reduzidas e aumentou o número de alunos e de níveis por sala de aula, nem tão pouco houve um acréscimo de formação pedagógica para professores.

Assim, perante esta situação de degradação que se verifica em dois domínios fundamentais das políticas para as comunidades, os Deputados do Partido Socialista requerem para prestar explicações a presença do Secretário de Estado das Comunidades na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, assim que seja possível no início da próxima sessão legislativa.

Lisboa 25 de Julho de 2014

Os Deputados

Paulo Pisca

2
Luís Filipe

Carla Fins
Celeste Correia
Boleiro